

Sumário

CAPÍTULO 1

CONCEITOS BÁSICOS DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO	23
1.1. Entidades que são consideradas Fazenda Pública	23
1.2. Prerrogativas ou privilégios	27
1.3. Representação em juízo da Fazenda Pública	28

CAPÍTULO 2

COMPETÊNCIA E FAZENDA PÚBLICA	31
2.1. Competência da justiça federal.....	32
2.1.1. O deslocamento da competência pela intervenção de ente federal.....	37
2.2. Competência territorial	40
2.2.1. Competência territorial da União.....	40
2.2.2. Competência territorial dos Estados e do DF	42
2.2.3. Competência territorial dos Municípios	45
2.3. A vara da Fazenda Pública e a competência territorial.....	46

CAPÍTULO 3

ENCARGOS FINANCEIROS DA FAZENDA PÚBLICA	49
3.1. Despesas no processo	49
3.1.1. O depósito na ação rescisória e o pagamento das multas por recursos protelatórios.....	54
3.2. Honorários advocatícios e Fazenda Pública	57
3.2.1. Honorários advocatícios em ações previdenciárias	59
3.2.2. Honorários advocatícios na execução	60
3.3. Honorários de sucumbência e advogados públicos	64

CAPÍTULO 4

CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E OS PRAZOS DA FAZENDA PÚBLICA	67
4.1. Citação da Fazenda Pública	67

4.2.	Intimação da Fazenda Pública.....	69
4.3.	Os prazos e a Fazenda Pública.....	71
4.3.1.	A suspensão dos prazos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro	72
4.3.2.	A contagem em dobro dos prazos.....	73

CAPÍTULO 5

	INTERVENÇÃO ANÔMALA.....	83
5.1.	A intervenção anômala específica da União	84
5.2.	Requisitos para a admissibilidade da intervenção anômala.....	85
5.3.	Os poderes do poder público na intervenção anômala.....	87
5.3.1.	A possibilidade de interposição de recurso e de suspensão de segurança.....	87

CAPÍTULO 6

	AUTOCOMPOSIÇÃO, ARBITRAGEM, DISPUTE BOARDS E NEGÓCIOS PROCESSUAIS.....	91
6.1.	Arbitragem.....	92
6.1.1.	A arbitragem e o poder público.....	94
6.1.2.	Limites à convenção de arbitragem pelo poder público.....	97
6.2.	Mediação e conciliação	100
6.2.1.	Câmaras de conciliação e de mediação.....	109
6.2.2.	Audiência de conciliação ou mediação no procedimento comum.....	113
6.3.	<i>Dispute boards</i> ou Comitês de Resolução de Disputas	117
6.4.	Negócios processuais	121

CAPÍTULO 7

	A FAZENDA PÚBLICA NO POLO PASSIVO.....	127
7.1.	A contestação.....	127
7.2.	A desistência nos casos que envolvem a União e as empresas públicas federais.....	134
7.3.	Denúnciação da lide	136

CAPÍTULO 8

	TUTELA PROVISÓRIA E A FAZENDA PÚBLICA.....	141
8.1.	Noções gerais sobre a tutela provisória.....	141
8.2.	Tutelas provisórias e a Fazenda Pública.....	148

8.3.	Tutela da evidência e a Fazenda Pública	153
8.4.	As exceções das limitações à concessão de tutela provisória contra o poder público.....	154
8.5.	A teoria do fato consumado e a devolução dos valores recebidos a título de tutela provisória no direito previdenciário e pelos servidores públicos	158

CAPÍTULO 9

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA	165
9.1. Cabimento.....	166
9.2. Natureza jurídica.....	168
9.3. Prazo	168
9.4. Duração.....	169
9.5. Mérito da suspensão de segurança.....	173
9.6. Natureza jurídica da decisão	176
9.7. Legitimidade	177
9.8. Competência.....	181
9.9. Procedimento.....	184
9.10. Agravo interno	185
9.11. Recurso extraordinário e especial.....	188
9.12. Renovação do pedido de suspensão da segurança	193
9.13. A suspensão de segurança repetitiva.....	196

CAPÍTULO 10

REEXAME NECESSÁRIO.....	199
10.1. Natureza jurídica.....	199
10.2. Pessoas jurídicas favorecidas.....	201
10.3. Hipóteses de cabimento em relação à matéria.....	201
10.4. Procedimento.....	206
10.5. Regime jurídico	206
10.5.1. O cabimento do recurso especial ou extraordinário.....	208
10.6. Exceções ao cabimento do reexame necessário.....	209

CAPÍTULO 11

PRESCRIÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	215
11.1. Prazo	216
11.2. Prescrição de trato sucessivo e prescrição de fundo do direito.....	218

11.3. Prescrição no caso das leis de efeitos concretos.....	223
11.4. Interrupção da prescrição	226

CAPÍTULO 12

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CPC E A FAZENDA PÚBLICA.....

12.1. Ações possessórias.....	229
12.1.1. A Fazenda Pública e as ações possessórias.....	232
12.2. Ação monitória	238
12.2.1. A ação monitória e a Fazenda Pública.....	241

CAPÍTULO 13

MANDADO DE SEGURANÇA

13.1. Requisito da subsidiariedade.....	246
13.2. Direito líquido e certo	247
13.3. Autoridade coatora.....	249
13.4. Espécie de mandado de segurança.....	251
13.5. Mandado de segurança e atos do poder legislativo	252
13.6. Variações no conceito de ato de autoridade e pessoas jurídicas de direito privado	254
13.7. Limitações expressas à utilização do mandado de segurança	256
13.7.1. Mandado de segurança contra decisão da qual cabe recurso administrativo com efeito suspensivo.....	256
13.7.2. Mandado de segurança contra ato judicial	258
13.7.3. Mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado.....	261
13.8. Prazo decadencial do mandado de segurança	262
13.9. Partes no mandado de segurança.....	268
13.9.1. Impetração do mandado de segurança do titular de direito líquido e certo decorrente.....	269
13.9.2. A sucessão processual no mandado de segurança	272
13.9.3. Legitimidade passiva	274
13.10. Intervenções de terceiro no mandado de segurança	275
13.11. Competência no mandado de segurança.....	276
13.12. Petição inicial.....	278
13.13. Teoria da encampação.....	279
13.14. Desistência no mandado de segurança	282
13.15. Procedimento após o despacho inicial	285
13.15.1. Limitações ao litisconsórcio ativo.....	287

13.15.2. Atuação do Ministério Público	288
13.15.3. Fase decisória	288
13.16. Honorários no mandado de segurança	290
13.17. Cumprimento de sentença	291
13.18. Reexame necessário	293
13.19. Coisa julgada	294
13.20. Recursos	296
13.20.1. Agravo de instrumento	297
13.20.2. Apelação	298
13.20.3. Recurso ordinário	299
13.20.4. A técnica de ampliação do julgamento	301

CAPÍTULO 14

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DA FAZENDA PÚBLICA	303
14.1. Princípios fundamentais	303
14.2. Juizados Especiais Cíveis Federais	310
14.2.1. Competência	311
14.2.1.1. Conflito de competência	323
14.2.1.2. Competência territorial	324
14.2.1.3. Conexão e continência	326
14.2.2. Partes	328
14.2.2.1. Polo ativo	328
14.2.2.2. Polo passivo	330
14.2.2.3. Capacidade postulatória	331
14.2.3. Intervenção de terceiros	332
14.2.4. Despesas e honorários advocatícios	334
14.2.5. Atos processuais	338
14.2.6. Procedimento	340
14.2.6.1. Tutela provisória	341
14.2.7. O problema do cabimento do mandado de segurança contra ato judicial nos juizados	342
14.2.8. Defesa e audiência de conciliação	346
14.2.9. Procedimento probatório	348
14.2.10. Sentença	350
14.2.11. Meios de impugnação	351
14.2.11.1. Remessa necessária	351
14.2.11.2. Recurso inominado	351
14.2.11.3. Embargos de declaração	360

14.2.11.4. Recurso especial e extraordinário.....	362
14.2.11.5. Pedido de uniformização	364
14.2.12. Ação rescisória	378
14.2.13. Execução	379
14.3. Juizados Especiais da Fazenda Pública	382
14.3.1. Competência.....	382
14.3.1.1. Competência territorial.....	388
14.3.2. Polo ativo	390
14.3.3. Polo passivo	391
14.3.4. Intervenções de terceiro	391
14.3.5. Tutelas provisórias	392
14.3.6. Atos processuais.....	394
14.3.7. Procedimento	396
14.3.8. Recursos	399
14.3.8.1. Pedido de uniformização.....	401
14.3.9. Execução	411

CAPÍTULO 15

EXECUÇÃO CONTRA O PODER PÚBLICO	413
15.1. Execução de obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa.....	413
15.2. Execução das obrigações de pagar quantia.....	414
15.2.1. Pessoas jurídicas submetidas ao rito do cumprimento das execuções contra a Fazenda Pública	415
15.2.2. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.....	419
15.2.2.1. Matérias alegáveis na impugnação ao cumprimento de sentença.....	423
15.2.2.2. Procedimento	436
15.2.3. Execução de título extrajudicial contra a Fazenda Pública.....	442
15.2.4. Precatório	446
15.2.5. Requisição de Pequeno Valor	449
15.2.6. O fracionamento de valores	453
15.2.7. Procedimento da RPV	457
15.2.8. Atuação do presidente do tribunal.....	458
15.2.9. As preferências de pagamento na sistemática dos precatórios..	459
15.2.10. Juros e correção monetária nos precatórios.....	467
15.2.10.1 Índices para cálculo da correção monetária e dos juros...	473
15.2.11. Sequestro das contas públicas	480
15.2.12. Intervenção federal ou estadual e não pagamento de precató- rios	483

15.2.13. A (im)possibilidade da compensação dos valores dos precatórios com dívidas para o poder público.....	484
15.2.14. Utilização dos precatórios para a aquisição de imóveis públicos....	485
15.2.15. Cessão de precatórios.....	486

CAPÍTULO 16

EXECUÇÃO FISCAL	491
16.1. Efeitos da dívida ativa.....	494
16.2. Legitimidade ativa.....	496
16.3. Legitimidade passiva.....	498
16.3.1. A responsabilização pessoal dos sócios em matéria tributária ...	500
16.3.2. Responsabilidade do sócio nas dívidas não tributárias.....	503
16.3.3. O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica e a execução fiscal.....	504
16.4. Competência na execução fiscal.....	507
16.4.1. Competência territorial na execução fiscal.....	509
16.4.2. A reunião de execuções fiscais.....	510
16.5. Petição inicial, ajuizamento de execuções fiscais de pequeno valor e protesto.....	511
16.6. Limites à substituição da CDA.....	513
16.7. Citação.....	515
16.7.1. Modalidades de citação.....	516
16.8. Penhora.....	519
16.8.1. Ordem dos bens penhorados.....	520
16.8.2. Substituição da penhora.....	522
16.9. Suspensão do processo e prescrição intercorrente.....	524
16.10. Embargos à execução fiscal.....	532
16.10.1. Garantia do juízo.....	534
16.10.2. O prazo e a sua contagem.....	537
16.10.3. Efeito suspensivo.....	541
16.10.4. Fundamentos.....	544
16.10.5. Procedimento.....	546
16.10.6. Decisão nos embargos e recursos.....	547
16.11. Exceção de pré-executividade.....	550
16.12. Outros instrumentos para impugnação da dívida ativa.....	552
BIBLIOGRAFIA	555